

Parecer nº 76/97

Data: 1997.07.24

Processo nº 233

Requerente: Maria Esmeralda Rodrigues da Silva Guedes da Rocha

1. Maria Esmeralda Rodrigues da Silva Guedes da Rocha requereu, em 6 de Junho de 1996, através de carta dirigida à CADA, que esta a elucidasse sobre a forma como havia de resolver a questão referente ao acesso aos documentos administrativos respeitantes ao tempo de serviço declarado pela oficial administrativa principal Avelina de Jesus Lourenço Carreira.
2. Segundo a requerente, esta candidata teria provavelmente prestado declarações incorrectas e, para o efeito, tinha então pedido à Directora da DEGRE Pessoal não Docente, que verificasse "se realmente existiram as referidas falsificações de dados".
3. Na sequência deste pedido, a Inspeção-Geral de Educação respondeu-lhe, em 3 de Junho de 1997, limitando-se a comunicar que tinham sido solicitados esclarecimentos à DEGRE relativos ao dito concurso e a considerar que o pedido de Maria Esmeralda não teria fundamento, em face do nº 3 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 223/87, de 30 de Maio, que reproduziu na íntegra.
4. Perante as exposições da requerente e da Inspeção-Geral de Educação poderia parecer, à primeira vista, que a CADA nada teria a fazer: a primeira pediu que se verificasse se foram ou não prestadas falsas declarações; a segunda comunicou que a exposição se encontrava desprovida de fundamento, em face da lei aplicável.

Acresce que a Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, não contém norma que obrigue a CADA a pronunciar-se sobre este pedido de elucidação.

5. Não parece, todavia, que nada se deva comunicar à requerente.

De facto, se a letra da lei não é explícita sobre esta questão, é óbvio que o seu espírito não permite que haja uma interpretação tão restritiva que impeça que se realize o principal fim da mesma: garantir o direito dos administrativos à informação relativamente a documentos na posse da Administração Pública.

Ora, é evidente que este direito não estará minimamente garantido se a Comissão, que vela pela efectivação do mesmo, não puder elucidar os administrativos sobre a forma como devem iniciar o procedimento a tal conducente.

Acresce que, independentemente de a requerente ter ou não razão na suspeita que levanta, é certo que temos que reconhecer que o seu pedido à DEGRE foi formulado de maneira insuficiente, assim como parece insuficiente a forma como a Inspeção-Geral de Educação lhe respondeu.

Ou seja, é bem patente que a Maria Esmeralda pretende saber se a Avelina de Jesus declarou três anos ou cinco anos de serviço e que a Administração Pública se limitou a transcrever-lhe o normativo legal.

6. Daí que dada a função pedagógica e de informação que também cabe a esta Comissão deva deliberar no sentido de que a Sra. Secretária remeta à requerente cópia desta deliberação, acrescida da forma como deve enunciar o pedido de acesso ao boletim de candidatura da Avelina de Jesus, do qual consta, evidentemente, o tempo de serviço declarado.

Aliás, tal procedimento não constitui senão uma extensão interpretativa do conteúdo do artigo 14º do regulamento interno da CADA, publicado no DR, II Série, nº 16, de 19.1.95.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

Albino Soares (Relator) – *José Magalhães* – *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Fernando Condesso que não assina por já não se encontrar presente) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)